

**Fundação Presidente Antônio Carlos FUPAC/UBÁ Graduação em
Psicologia**
**A EDUCAÇÃO SEXUAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA: SUA IMPORTÂNCIA COMO
INSTRUMENTO PREVENTIVO**

Sexual Education in Early Childhood: Its Importance as a Preventive Tool

Daniela Anacleto da Silva¹; Samuel de Freitas Castro²

¹ Discente do curso de graduação em Psicologia da Fundação Presidente Antônio Carlos – FUPAC/Ubá, Minas Gerais.

² Psicólogo. Docente da Faculdade Presidente Antônio Carlos-FUPAC.

RESUMO

A educação sexual na primeira infância é essencial para o desenvolvimento saudável e preventivo das crianças, impactando áreas cognitivas, emocionais e sociais. Durante esse período crucial, as crianças observam informações que moldarão a percepção de si mesmas e de seu corpo, além de desenvolverem habilidades de comunicação e assertividade. No entanto, no Brasil, esse tema ainda enfrenta resistência, frequentemente abordado de maneira inadequada devido a barreiras culturais e falta de políticas educacionais abrangentes. Uma abordagem adequada da educação sexual vai além do conhecimento biológico, promovendo o entendimento sobre limites corporais e respeito à diversidade, fortalecendo a autoestima e a capacidade de reconhecer situações potencialmente abusivas. Estudos mostram que essa formação protege as crianças contra abusos e contribui para a criação de uma base sólida para escolhas informadas e seguras ao longo da vida. Assim, a educação sexual se apresenta como uma ferramenta fundamental para a promoção da saúde e do bem-estar infantil, apontando a importância de preparar educadores e familiares para lidar com o tema de forma aberta e apropriada.

Palavras-chave: primeira infância, educação sexual, desenvolvimento infantil, prevenção.

ABSTRACT

Sex education in early childhood is essential for children's healthy and preventive development, impacting cognitive, emotional, and social areas. During this crucial period, children absorb information that will shape their self-perception and understanding of their bodies, as well as develop communication and assertiveness skills. However, in Brazil, this topic still faces resistance, often addressed inadequately due to cultural barriers and the lack of comprehensive educational policies. An appropriate approach to sex education goes beyond biological knowledge, promoting an understanding of body boundaries and respect for diversity, strengthening self-esteem, and the ability to recognize potentially abusive situations. Studies show that this education protects children from abuse and helps establish a solid foundation for informed and safe choices throughout life. Thus, sex education serves as a fundamental

Correspondência

Nome: Daniela Anacleto da Silva

E-mail: vitordaniela70@gmail.com

tool for promoting children's health and well-being, underscoring the importance of preparing educators and families to address the topic openly and appropriately.

Keywords: Early childhood, sex education, child development, prevention.

INTRODUÇÃO

A primeira infância é uma fase crucial no desenvolvimento humano, marcada por descobertas e aprendizados que moldam a base para o futuro. Nesse período, as crianças absorvem informações e internalizam valores que influenciarão suas percepções e comportamentos ao longo da vida. Dentro desse contexto, a educação sexual emerge como um tema de extrema relevância, cuja abordagem adequada pode desempenhar um papel fundamental na prevenção de questões relacionadas à sexualidade na vida adulta (Lima, & Santos, 2019).

No entanto, no Brasil, a educação sexual na primeira infância ainda é um assunto frequentemente negligenciado ou abordado de maneira inadequada. Questões culturais, sociais e políticas muitas vezes contribuem para a falta de políticas educacionais abrangentes e eficazes nesse sentido. Em vez de promover uma educação sexual inclusiva e informada, muitas vezes as crianças são deixadas à mercê de informações inadequadas, desatualizadas ou até mesmo prejudiciais, adquiridas por meio de fontes não confiáveis, como a mídia ou a internet (Vidal, 2002).

É importante ressaltar que a educação sexual na primeira infância não se trata apenas de transmitir conhecimentos biológicos sobre o corpo humano, mas também de promover a compreensão e o respeito pela diversidade, à consciência sobre os limites do próprio corpo e dos outros, e o desenvolvimento de habilidades de comunicação e assertividade. Ao iniciar esse diálogo desde cedo, é possível criar uma base sólida para que as crianças cresçam com uma compreensão saudável de sua sexualidade e sejam capazes de tomar decisões informadas e seguras ao longo da vida (Santori, 2021).

A primeira infância é um período sensível e repleto de potencial para influenciar positivamente a trajetória de vida das crianças. É nessa fase que os alicerces emocionais, cognitivos e sociais começam a ser formados, e as interações com o ambiente e as pessoas ao redor desempenham um papel essencial nesse processo. Nesse contexto, a educação sexual emerge como uma ferramenta não apenas educativa, mas também preventiva, que pode ajudar a proteger as crianças de situações de vulnerabilidade e a capacitá-las a desenvolver relacionamentos saudáveis e respeitosos no futuro (Oliveira & Pereira, 2020).

Apesar de sua importância, a implementação de práticas educativas voltadas à sexualidade na primeira infância enfrenta desafios significativos no Brasil. Além de barreiras culturais que muitas vezes associam o tema a tabus e preconceitos, há uma lacuna na formação de educadores e cuidadores, que muitas vezes não se sentem preparados para abordar o assunto de maneira sensível e adequada à faixa etária. A falta de consenso sobre o papel da escola e da família na condução dessa educação também contribui para um cenário de omissões e abordagens fragmentadas (Silva et al., 2018).

Ao considerar os benefícios da educação sexual desde a primeira infância, é essencial reconhecer que ela ultrapassa a transmissão de conhecimentos teóricos sobre anatomia e fisiologia. Trata-se de promover um ambiente que fomente o respeito mútuo, a valorização da diversidade e a construção de vínculos baseados na empatia e na compreensão. Essa abordagem pode prevenir comportamentos de risco, fortalecer a autoestima das crianças e ajudá-las a desenvolver uma visão positiva sobre si mesmas e suas relações com o mundo (Ferreira, 2022).

Este trabalho tem como objetivo explorar a relevância da educação sexual na primeira infância como um instrumento preventivo, destacando sua influência na formação de atitudes saudáveis, na prevenção de abusos e na promoção de relacionamentos interpessoais saudáveis. Para tanto, serão exibidos estudos e práticas, tanto no cenário nacional quanto internacional, visando contribuir para uma compreensão mais abrangente e contextualizada desse tema tão crucial para o desenvolvimento infantil e para a construção de uma sociedade mais informada e saudável.

DESENVOLVIMENTO

A Primeira Infância E Sua Importância Para A Vida Adulta

A primeira infância, compreendida entre as idades de zero a seis anos, representa um período crucial para o desenvolvimento integral do indivíduo, no qual características, habilidades e aptidões são fundamentalmente estabelecidas. Este estágio, considerado pela literatura como vital, exerce um impacto duradouro ao longo da vida. As habilidades e capacidades adquiridas durante essa fase são frequentemente descritas por diversos autores como funções executivas, sendo essenciais para o direcionamento e coordenação adaptativa do comportamento humano (Lima & Santos, 2019).

Embora o processo de adaptação cerebral seja contínuo ao longo da existência, as primeiras etapas do desenvolvimento assumem uma relevância singular. O potencial e as vulnerabilidades cerebrais são, em parte, determinados pelos primeiros anos de vida, os quais

se desdobram sob um programa genético meticuloso, passível de ser influenciado por contextos ambientais tanto favoráveis quanto adversos (Toga et al.,2006).

Outro aspecto relevante da primeira infância é o desenvolvimento das funções executivas, que incluem habilidades como memória de trabalho, controle inibitório e flexibilidade cognitiva. Essas competências são essenciais para a adaptação e o sucesso em diversas áreas da vida adulta, como a educação, o trabalho e os relacionamentos interpessoais. Estudos mostram que crianças que recebem estímulos adequados nessa fase têm maior probabilidade de se tornarem adultos resilientes, com maior capacidade de resolver problemas e lidar com adversidades (Vygotsky et al., 2003).

O conceito de família abrange o requerente e seus familiares, incluindo cônjuge ou companheiro, pais ou, na ausência de um deles, madrasta ou padrasto, além de irmãos solteiros, filhos, enteados solteiros e menores sob tutela, desde que todos convivam sob o mesmo teto (Lei nº 8.742, 1993). Nesse contexto, a família, enquanto o primeiro ambiente de convívio do ser humano emerge como uma referência fundamental para a criança. O termo "família" deve ser aqui interpretado de forma ampla, englobando não apenas os pais, mas também parentes próximos e demais indivíduos que compartilham o cotidiano da criança, como vizinhos e avós. Assim, o ambiente familiar assume o papel preponderante de potencializador do desenvolvimento saudável, constituindo-se como o primeiro agente de estimulação para a criança (Távora et al.,1998).

Nesse sentido, um ambiente familiar acolhedor, onde predomina o afeto e o cuidado, proporciona à criança segurança emocional e suporte para explorar o mundo à sua volta. A qualidade das relações familiares, como o vínculo entre pais e filhos, afeta diretamente o desenvolvimento emocional e social da criança. Pais responsivos e presentes são fundamentais para promover uma autoestima saudável e habilidades de regulação emocional. Por outro lado, contextos familiares desestruturados podem gerar impactos adversos, como dificuldades de aprendizagem e problemas de comportamento (Távora et al.,1998).

Destaca-se ainda que as influências ambientais desempenhem um papel significativo na modelagem do potencial cerebral para o desenvolvimento, podendo inclusive afetar os padrões de expressão gênica que orientam a formação neuronal (Kreppner, 2000). Além disso, crianças que passam por várias adversidades nos primeiros anos de vida têm mais chances de enfrentar problemas no desenvolvimento, tanto em termos de cognição quanto de emoções. Isso destaca como as experiências nessa fase inicial da vida são importantes para o futuro do indivíduo (Reppold et al.,2002).

Durante esses anos, as bases para a saúde física, emocional, cognitiva e social são estabelecidas, por isso, investir na qualidade dos cuidados e na estimulação nessa fase tem um impacto profundo na vida adulta (Young, 2010). Crianças que recebem amor, atenção e estímulos adequados têm maior probabilidade de desenvolver habilidades de resolução de problemas, empatia e autocontrole. (Lima, & Santos, 2019).

Além disso, uma infância positiva está associada a uma maior realização acadêmica, sucesso profissional e bem-estar emocional na vida adulta. Portanto, é fundamental que famílias, comunidades e governos reconheçam a importância da primeira infância e invistam recursos e políticas que promovam um ambiente favorável ao desenvolvimento saudável das crianças (Lima & Santos, 2019).

De acordo com Toga et al. (2006) a primeira infância é vista como um período crítico para a formação da personalidade e do funcionamento psicológico ao longo da vida. Durante esses anos, ocorrem importantes marcos de desenvolvimento, como a formação do apego seguro, a aquisição de habilidades sociais e emocionais, e o desenvolvimento da autoestima e da identidade. Em síntese, as fases iniciais da vida são especialmente sensíveis a influências ambientais e relacionais. Por exemplo, a qualidade do vínculo entre pais e filhos pode influenciar diretamente a forma como a criança irá se relacionar com os outros e como ela irá regular suas emoções. Além disso, experiências precoces de estresse ou trauma podem ter efeitos duradouros no desenvolvimento emocional e mental (Kreppner, 2000).

A infância é uma fase única e na vida de uma pessoa, em que os alicerces para o desenvolvimento saudável em todas as áreas são estabelecidos. Investir nesse período crítico é essencial para promover o bem-estar e o potencial máximo de cada indivíduo (Toga et al., 2006).

Os primeiros seis anos de vida, período conhecido como primeira infância, são amplamente reconhecidos como uma fase de desenvolvimento acelerado e essencial, na qual se estabelecem as bases para a saúde física, emocional, cognitiva e social. Durante essa fase, o cérebro da criança é extraordinariamente plástico, o que significa que é altamente receptivo a estímulos externos e experiências. Esse período é caracterizado por uma intensa formação de sinapses, que são as conexões entre os neurônios, facilitando a aprendizagem e o desenvolvimento de habilidades complexas. (Vygotsky et al., 2003).

A qualidade das interações e do ambiente a que a criança está exposta desempenha um papel fundamental. Estudos demonstram que crianças que crescem em ambientes enriquecidos com estímulos variados e positivos tendem a desenvolver melhores habilidades mental,

coletivas e emocionais. Por exemplo, crianças que recebem atenção individualizada, afeto e estimulação cognitiva adequada são mais propensas a desenvolver habilidades de linguagem, pensamento crítico e regulação emocional (Kreppner, 2000).

A família, como principal ambiente de socialização nos primeiros anos de vida, desempenha um papel fundamental. A qualidade das relações familiares e o estilo de parentalidade são determinantes críticos no desenvolvimento infantil. Pais que são responsivos, carinhosos e que fornecem um ambiente estruturado e seguro promovem um desenvolvimento mais saudável. Além disso, o envolvimento ativo dos pais na educação e no cuidado diário da criança está associado a melhores resultados acadêmicos e sociais (Távora et al., 1998).

Aspectos Do Desenvolvimento Sexual Infantil Na Primeira Infância

A sexualidade humana está presente desde a concepção, funcionando como uma força vital que motiva o amor, a interação social, o contato, a ternura e a intimidade. Ela integra a maneira como o indivíduo se sente, se toca, é tocado e expressa sua sensualidade e sexualidade (Ninaus et al., 2016).

Dessa forma, a sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, emoções e interações, afetando diretamente a saúde física e mental. É impossível desconectar o ser humano dessa experiência, que pode ocorrer de forma individual ou em parceria. Essa conexão entre o indivíduo e o outro é denominada sexualidade (Barp, 2008).

Ainda nesse sentido, a sexualidade difere do sexo: enquanto o sexo é uma prática, um ato, a sexualidade representa o afeto e a forma como a pessoa se conecta consigo mesma e com os outros. A sexualidade abrange a conexão e o conjunto de experiências, enquanto o sexo é a forma de execução dessas práticas. Através do ato sexual, surgem memórias e vivências que influenciam a aproximação ou afastamento da sexualidade, moldando também a forma como a prática sexual é realizada (Almeida,&Vieira,2021).

Todavia, o comportamento sexual infantil é mais comum do que se imagina, manifestando-se em 42% a 73% das crianças durante a infância. Comportamentos sexuais esperados incluem tentativas de visualizar órgãos genitais ou seios de outra pessoa, bem como tocar os próprios genitais (Fontana et al., 2017).

Em sua obra “Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, lançada em 1905, Sigmund Freud apresentou uma nova percepção sobre a sexualidade infantil, desmistificando a ideia de que as crianças eram desprovidas de desejos e curiosidade. Ele argumentou que, desde cedo, as crianças deveriam receber educação sexual para compreenderem melhor os mistérios da vida. Freud considerava o corpo erótico uma fonte primária de prazer e essencial para o

desenvolvimento da personalidade humana. Em sua teoria psicosssexual, ele introduziu o conceito de zonas erógenas, áreas do corpo capazes de gerar prazer, como a boca, o ânus e os genitais, que são ativadas em diferentes fases do desenvolvimento infantil, abrangendo uma gama ampla de sensações prazerosas que vão além do ato sexual ((Figueira, 2017).

Nesse contexto, o criador da terapia e da teoria psicanalítica delineia cinco fases do desenvolvimento da sexualidade infantil, ou pulsões infantis, manifestadas conforme a faixa etária da criança (não fixa), sendo dominadas pelas zonas erógenas correspondentes. As fases são: fase oral, fase anal, fase fálica, período de latência, fase genital (Freud, 2006).

Durante qualquer uma dessas fases, podem surgir pontos de fixação, representados por uma fase do desenvolvimento psicosssexual infantil em que a criança pode ficar "presa" devido a conflitos ou frustrações não resolvidos. Caso isso ocorra, é possível que o comportamento e a personalidade do indivíduo na vida adulta sejam afetados (Santori, 2021).

Na primeira fase, a "oral", que ocorre do nascimento até aproximadamente os 18 meses, a zona erógena é a boca. Nessa etapa, a criança obtém satisfação ao sugar, chupar e levar objetos à boca, iniciando o desenvolvimento da sexualidade pelo prazer em experimentar. Em seguida, no estágio "anal", que acontece entre 18 meses e 3 anos, a zona erógena centraliza-se no ânus. Durante esse período, desenvolvem-se os controles esfínterianos, e o prazer está associado ao ato de reter ou eliminar fezes e urina (Figueira, 2017).

Com o tempo, a criança aprende que esse controle agrada os pais, recebendo elogios e registrando esse controle como uma forma de ser amada e protegida. É importante orientar os pais a não apressar esse processo, pois se trata de um desenvolvimento neuropsicomotor. Uma criança que desenvolve controle antecipado para agradar os pais pode carregar isso para a vida adulta, sentindo a necessidade de atender todas as expectativas dos outros para se sentir segura e amada (Santori, 2022)

Em uma sexualidade normal, o indivíduo depende de si mesmo e da relação com o outro, sem tentar controlar tudo. Pessoas muito controladoras podem estar ligadas a essa fase do desenvolvimento, que também está associada à limpeza e pode resultar em uma necessidade excessiva de higiene na vida adulta (Almeida,&Vieira,2021).

Ainda de acordo com Freud (2006), a terceira fase, a fase fálica, ocorre entre os 3 e 5 anos, com interesse erógeno nos órgãos genitais, especialmente o falo (pênis). Meninos e meninas percebem a diferença genital, explorando seus corpos sem conotações sexuais adultas. A fase fálica é crucial no desenvolvimento, pois a criança começa a se conhecer e explorar seu

corpo, ainda sem uma visão sexual. É vital estabelecer limites e educar a criança sobre o que é apropriado, protegendo-a de abusos e experiências traumáticas (Ministério da Educação, 2024).

Durante a fase fálica, segundo Freud 2006 a criança começa a desenvolver sentimentos amorosos em relação ao pai ou à mãe, o que é conhecido como o complexo de Édipo. Durante esse período, é fundamental que os pais imponham limites claros e saudáveis no relacionamento emocional e afetivo com a criança. Esses limites ajudam a criança a superar essa fase sem criar confusões emocionais ou traumas, que poderiam afetar sua vida adulta.

Após a fase fálica, a fase de latência, a partir dos 5 anos até a puberdade, é marcada pela diminuição dos interesses sexuais e aumento da curiosidade intelectual e atividades físicas. Durante essa fase, é importante observar os comportamentos da criança, especialmente em caso de dificuldades escolares, para garantir um desenvolvimento saudável (Figueira, 2017).

É importante destacar que a abordagem da sexualidade infantil deve ser tratada com sensibilidade e embasamento científico, de forma a evitar preconceitos e interpretações equivocadas. Durante a primeira infância, as manifestações da sexualidade estão intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento geral da criança, sem a conotação adulta atribuída ao tema. Comportamentos como explorar o próprio corpo ou demonstrar curiosidade sobre diferenças físicas entre meninos e meninas são naturais e esperados nessa etapa da vida (Fontana et al., 2017).

O desconhecimento do desenvolvimento natural da sexualidade infantil não só impede o desenvolvimento saudável, como deixa a criança vulnerável a abusos. A educação sexual é essencial para proteger e promover o desenvolvimento saudável da criação sexual para a Primeira Infância. Educar para a sexualidade representa criar possibilidades para que as pessoas conheçam e apropriem-se da sua sexualidade de forma positiva desprendidos dos medos, vergonhas e preconceitos (Vidal, 2002).

Ademais, a educação sexual deve ser compreendida como um processo contínuo que visa preparar a criança para lidar com suas emoções e relacionamentos de forma saudável. Essa orientação, quando realizada de maneira didática e compatível com a idade, pode prevenir possíveis traumas e fornecer ferramentas para que a criança se proteja de situações de abuso. A educação sexual é um instrumento de empoderamento que permite à criança reconhecer seus direitos, desenvolver senso crítico e, principalmente, valorizar sua integridade física e emocional (Vidal, 2002).

Estabelecer um elo entre família e escola é essencial para a formação dos indivíduos, promovendo uma educação eficaz, emancipatória, que incentive a liberdade, desenvolva a

criticidade e a compreensão das divergências entre seu próprio comportamento e o do outro, reforçando o valor da vida e o respeito ao próximo. É interessante que a educação para a sexualidade comece em casa e seja continuada na escola, pois é no espaço escolar que são discutidos os conhecimentos de acordo com o cotidiano (Ravagni, 2007).

O Papel da Educação Sexual na Prevenção de Abusos e na Promoção da Saúde Infantil

Dado que a educação sexual tem sido um tema cada vez mais debatido em diversas esferas, especialmente quando aplicada à primeira infância. Sua importância transcende a simples transmissão de informações sobre o corpo e o desenvolvimento biológico. A abordagem de uma educação sexual bem estruturada desde os primeiros anos de vida é um dos instrumentos mais eficazes na prevenção de abusos sexuais e na promoção da saúde infantil, tanto física quanto emocional (Ribeiro & Reis, 2007).

O abuso sexual infantil é uma realidade dolorosa e, infelizmente, comum. Estudos apontam que a maioria dos casos de abuso sexual infantil acontece dentro de círculos de confiança da criança, o que torna ainda mais desafiador o enfrentamento dessa questão. Muitas crianças não possuem o conhecimento ou as ferramentas necessárias para entender quando uma situação é inadequada ou para pedir ajuda (Rocha & Moraes, 2011).

Nesse contexto, a educação sexual não se limita a ensinar sobre o corpo, mas sim a fornecer à criança noções de consentimento, limites corporais, privacidade e respeito. Desde cedo, ao aprender sobre as partes do corpo e suas funções, as crianças podem identificar situações desconfortáveis ou potencialmente abusivas (Ninaus et al., 2016)

Além disso, a educação sexual também ajuda as crianças a desenvolverem uma comunicação aberta com os adultos de confiança, criando um ambiente seguro no qual se sintam à vontade para relatar comportamentos inadequados ou abusivos. As crianças que são orientadas desde a primeira infância sobre seus direitos sobre o próprio corpo, sobre como dizer "não" e sobre a diferença entre toques apropriados e inapropriados estão mais equipadas para se proteger contra situações de abuso (Provenzi, 2020).

Do ponto de vista psicológico, a educação sexual desempenha um papel crucial no desenvolvimento emocional das crianças. A criança que cresce com uma compreensão clara e saudável de seu corpo e de suas emoções tem mais facilidade em desenvolver autoestima, autoconfiança e assertividade. Além disso, ao desmistificar temas que, tradicionalmente, podem ser considerados tabu, a educação sexual promove um ambiente no qual a criança pode fazer perguntas e obter respostas adequadas à sua idade, o que fortalece seu desenvolvimento

cognitivo e emocional (Lima & Santos, 2019).

A ausência de educação sexual ou uma abordagem inadequada, por outro lado, pode gerar confusão, medo e até culpa. Crianças que não possuem um entendimento claro sobre seus corpos podem ser mais vulneráveis a sentimentos de vergonha ou constrangimento, o que pode afetar negativamente seu desenvolvimento psíquico. A abordagem saudável da educação sexual, por outro lado, contribui para a construção de uma relação positiva da criança com o próprio corpo e com sua identidade, proporcionando um ambiente emocional mais seguro (Souza, 1991).

Além de sua função protetiva, a educação sexual também atua na promoção da saúde geral da criança. Quando as crianças aprendem sobre seus corpos e sobre o autocuidado, elas começam a internalizar comportamentos que promovem a saúde física e mental. Aspectos como higiene íntima, respeito ao próprio corpo e aos corpos dos outros, e a compreensão de mudanças naturais que ocorrem ao longo do crescimento fazem parte de uma abordagem integral da saúde na educação sexual (Vygotsky et al., 2003).

Uma criança que é ensinada a entender seu corpo e suas funções tende a desenvolver hábitos de cuidado com mais facilidade. Essa educação facilita a comunicação com os cuidadores e profissionais de saúde, uma vez que a criança consegue expressar com maior clareza quaisquer desconfortos ou dúvidas que surjam ao longo de seu desenvolvimento. Dessa forma, a educação sexual atua como uma ferramenta preventiva também no contexto da saúde física, preparando a criança para reconhecer sinais de alerta em seu corpo e buscar ajuda quando necessário (Ribeiro & Reis, 2007).

Outro aspecto importante é a capacitação de professores e profissionais da educação para lidar com o tema de forma adequada. Muitos educadores relatam sentir dificuldade ou desconforto ao abordar assuntos relacionados à sexualidade infantil, o que reforça a necessidade de formação contínua para que possam atuar como agentes de proteção e promoção da saúde. A educação sexual, quando conduzida por profissionais qualificados, pode transformar a escola em um espaço seguro e informativo, onde as crianças aprendem a reconhecer, compreender e respeitar os limites de si mesmas e dos outros (Gagliotto & Lembeck, 2011).

Entretanto, para que a educação sexual seja efetiva na prevenção de abusos e na promoção da saúde infantil, é fundamental que os profissionais que atuam com crianças, como educadores, psicólogos e assistentes sociais, estejam preparados para abordar esses temas de forma apropriada. A capacitação de profissionais é essencial para que o diálogo seja aberto, respeitoso e, acima de tudo, alinhado ao nível de compreensão e desenvolvimento de cada

criança (Gagliotto & Lembeck, 2011)

Embora a educação sexual ainda seja vista como um tema polêmico ou inadequado para a primeira infância, essa resistência geralmente surge de mitos e preconceitos sobre o que realmente é abordado nessas atividades. A educação sexual para crianças pequenas não trata de temas da sexualidade adulta, mas ensina sobre o corpo, respeito mútuo, limites e comunicação aberta — elementos essenciais para a saúde e segurança da criança (Maistro et al., 2009).

Em nossa sociedade, a sexualidade não tem sido discutida ou abordada de maneira a permitir que as pessoas a compreendam adequadamente, nem que aprendam que sua prática não é algo vergonhoso ou pecaminoso, resultando, assim, em uma falta de educação sexual. A ausência de diálogo sobre o tema facilita a exposição das crianças e adolescentes a riscos relacionados à sexualidade, como gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis, abusos e danos psicológicos e emocionais provenientes de experiências sexuais insatisfatórias (Trindade & Bruns, 1999).

Os pais precisam entender que, embora a escola tenha um papel importante na educação sexual dos filhos, ela não é a única responsável por isso. A escola contribui para o aprendizado relacionado à vida, mas a família tem a principal responsabilidade. Os pais, como primeiros educadores sexuais, são fundamentais nesse processo, já que a família, por ser uma instituição permanente na vida de cada pessoa, tem grande influência na formação dos jovens (Bié et al., 2006).

Portanto, é fundamental que a sexualidade seja abordada na escola em parceria com os pais. A educação sexual deve começar em casa e ser complementada na escola, ajudando a suprir as lacunas e dificuldades das famílias em relação ao tema. Embora inicialmente se acreditasse que as famílias resistiam a discutir essas questões nas escolas, hoje se sabe que muitos pais solicitam essa orientação, reconhecendo tanto a importância do tema para crianças e jovens quanto a dificuldade de abordá-lo abertamente em casa (Almeida et al., 2005).

É relevante destacar que a ausência de educação sexual, tanto no contexto familiar quanto escolar, pode gerar uma série de consequências negativas para crianças e adolescentes. A falta desse tipo de orientação pode prejudicar significativamente a qualidade de vida desses indivíduos, resultando em sentimentos como medo, vergonha, insegurança, infelicidade, tédio e frustração. Além disso, a falta de informação sobre a sexualidade pode levar a problemas mais graves, abuso sexual, gravidez precoce, a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis e outros impactos adversos na saúde física e emocional das crianças e adolescentes (Bié et al., 2006).

Por fim, a educação sexual na primeira infância deve ser compreendida não como um tabu ou uma ameaça à inocência das crianças, mas como uma ferramenta indispensável para seu desenvolvimento saudável. Quando bem conduzida, essa educação não só previne abusos, mas também promove a saúde integral da criança, capacitando-a para viver de forma mais plena, consciente e protegida ao longo de sua vida. Trata-se de um investimento no bem-estar físico, emocional e social das novas gerações, refletindo em benefícios duradouros para toda a sociedade (Maistro et al., 2009).

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, demonstrou-se a relevância da educação sexual na primeira infância como um elemento fundamental para o desenvolvimento integral e a proteção das crianças. Compreendemos que a educação sexual transcende a simples instrução sobre aspectos biológicos, abrangendo temas como o respeito aos limites corporais, a comunicação assertiva e a aceitação da diversidade. Esses ensinamentos, quando introduzidos de forma apropriada e adaptados à faixa etária, fornecem uma base sólida para que as crianças desenvolvam uma relação saudável com o próprio corpo e com o ambiente em que vivem.

Na primeira infância, que vai de zero a seis anos, as crianças estabelecem padrões importantes para seu desenvolvimento emocional, social e cognitivo. A educação sexual neste período emerge como uma ferramenta de prevenção contra abusos, promovendo não só o conhecimento, mas também a segurança e o bem-estar infantil. Ao aprenderem sobre consentimento e privacidade, as crianças se tornam mais preparadas para identificar e reportar situações de risco, fortalecendo-se emocionalmente para tomar decisões informadas no futuro.

Assim, a educação sexual na primeira infância deve ser entendida como um direito fundamental de toda criança e como uma ferramenta poderosa para a construção de uma sociedade mais informada, saudável e segura. Ao investir na educação sexual desde cedo, promovemos não apenas o bem-estar imediato das crianças, mas também criamos as condições para que se tornem adultos mais conscientes, respeitosos e capazes de estabelecer relações interpessoais saudáveis. Por isso, é essencial que políticas públicas, famílias e instituições educacionais se comprometam com a implementação de programas de educação sexual que visem à formação integral e à proteção das crianças, garantindo um futuro mais promissor para todos.

REFERÊNCIAS

Almeida, D. S. O., Costa, R. L., & Silva, T. M. (2005). *Chega de tabu! A sexualidade sem medos e sem cortes*. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/259807932>

Almeida, V. B., da Silva, R. D. C. R., & Vieira, A. C. S. (2021). Fortalecendo a educação sexual desde a infância: ações para conscientização e prevenção da violência sexual infantil. *Gep News*, 5(1), 473-480.

Barp, M. R. T. (2008). Sexualidade e educação: o conflito entre o cultural e o biológico na atuação do educador. *Visão Global*, 11(2), 163-178.

Bié, A. P. A., Diógenes, M. A. R., & Moura, R. F. (2006). Planejamento familiar: O que os adolescentes sabem sobre este assunto? *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, 19(3), 125-130.

Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. (1993) Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm

Dinis, N., & Asinelli-Luz, A. (2007). Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. *Educar em Revista*, (30), 77-87.

Felipe, J. (2000). Infância, gênero e sexualidade. *Educação & realidade*, 25(1), 115-131.

Freud, S. (2006). *Um caso de histeria, Três ensaios sobre sexualidade e outros Trabalhos. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume VII*. Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora.

Figueira, N. (2017). As fases de desenvolvimento da criança segundo Freud. Recuperado de <https://educacao.umcomo.com.br/artigo/as-fases-de-desenvolvimento-da-crianca-segundo-freud-21944.html>

Gagliotto, G. M., & Lembeck, T. (2011). Sexualidade e adolescência: a educação sexual numa perspectiva emancipatória. *Educere et Educare – Revista de Educação*, 6(11), 1-18.

Gagliotto, G. M. (2014). *A Educação Sexual na Escola e a Pedagogia da Infância: matrizes*
Kreppner, K. (2000). The child and the family: Interdependence in developmental pathways. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(1), 11-22.

Lima, M. M. D. M., & Santos, M. B. D. (2019). Desenvolvimento na Primeira Infância: a importância dos primeiros anos de vida (Monografia de Conclusão de Curso). Faculdade Pernambucana de Saúde, Recife, Brasil.

Maistro, V. I. A., Arruda, S. M., & Junior, A. L. (2009). O papel do professor em um projeto de educação sexual. *VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências*. Disponível em <https://fep.if.usp.br/~profis/arquivo/encontros/enpec/vii/enpec/VII%20ENPEC%20-%202009/www.foco.fae.ufmg.br/cd/pdfs/955.pdf>

Ministério da Educação. (2024). *Corpo: matriz da sexualidade*. Orientação Sexual. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/>

Moreira, D. D. M. (2018). *Sexualidade das crianças pequenas e educação infantil: desafios emergentes em tempos de censura (Monografia de Conclusão de Curso)*. Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, Brasil.

Ninaus, E. B., Tolomini, J. M., Ribas, L. R., Kronbauer, R., & Gülling, R. I. C. (2016). Sexualidade: uma questão de educação. *Anais do XII Encontro sobre Investigação na Escola*, 448-454.

Provenzi, J. (2020). *Educação sexual é fundamental para combater o abuso infantil*. *Jornal da Universidade*. Recuperado de: <https://www.ufrgs.br/jornal/educacao-sexual-e-fundamental-para-combater-o-abuso-infantil/>

Rebeschini, C. (2017). Trauma na infância e transtornos da personalidade na vida adulta: relações e diagnósticos. *Saúde e Desenvolvimento Humano*, 5(2), 67-74.

Reppold, C. T., Pacheco, J., Bardagi, M., & Hutz, C. (2002). Prevenção de problemas de comportamento e desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. In C. S., Hutz (Org.), *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção* (pp. 7-51). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Ribeiro, M., & Reis, W. (2007). Educação sexual. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 18(2), 375-386.

Rocha, P. C. X., & Moraes, C. L. (2011). Violência familiar contra a criança e perspectivas de intervenção do Programa Saúde da Família: A experiência do PMF/Niterói (RJ, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(7), 3285-3296.

Rodrigues, L. D. C. (n.d.). Um panorama da história da infância.

Santori, M. I. S. (2022). *Desenvolvimento da sexualidade humana: Infância*. Disponível em <http://www.psicologamarisa.psc.br/post/desenvolvimento-da-sexualidade-humana-inf%C3%A2ncia>

Sousa, J. R., & dos Santos, S. C. M. (2020). Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. *Pesquisa e debate em Educação*, 10(2), 1396-1416.

Sousa, A. L. D. (2019). Gênero e sexualidade na primeira infância: representações sociais de professoras da educação infantil. Centro de Educação (CE) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19995>

Souza, T. N., & Silva, L. L. C. (2022). O abuso sexual infantil no ambiente intrafamiliar: uma análise dos casos no período da pandemia no Brasil. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 7(8), 141-156. <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/ambiente-intrafamiliar>

Souza, H. P. (1991). *Convivendo com seu sexo (Pais e Professores)* (2ª ed.). São Paulo: Paulinas.

Távora, M. T. (2003). Evolução e crescimento de pais e filhos: Mudanças necessárias nessa relação. *PSICO*, 34(1), 23-38.

Toga, A. W., Thompson, P. M., & Sowell, E. R. (2006). Mapeamento da maturação cerebral. *Tendências em neurociências* [publicação online] National Institute of Health, 29 (3), 148-159. doi:10.1016 / j.tins.2006.01.007. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3113697/pdf/nihms-171188.pdf>

Trindade, E., & Bruns, M. A. T. (1999). *Adolescentes e paternidade: Um estudo fenomenológico*. Holos.

Vidal, M. (2002). *Ética da Sexualidade*. São Paulo, SP: Editora Loyola.

Vygotsky, L. S., & Luria, A. R. (1996). *Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e criança*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Young, M. E. (2010). *Do desenvolvimento da primeira infância ao desenvolvimento humano*. São Paulo, SP: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.